

A diferença entre “nós” e os “outros”: fronteiras e territórios na história do município de Nova Porteirinha/MG

*Regina Célia Lima Caleiro*¹
*Rhaenny Maisa Freitas*²

RESUMO: Esta pesquisa tem o objetivo de demonstrar de que maneira o estudo das fronteiras e territórios podem contribuir para a história do município de Nova Porteirinha, situada na região norte de Minas Gerais. A cidade em questão, mesmo sendo jovem e com poucos habitantes, encontra-se em situação conurbada³ com a vizinha Janaúba. As discussões decorrem do fato de que a emancipação política de Nova Porteirinha não é aceita por muitos habitantes da cidade de Janaúba. Os descontentes afirmam que Nova Porteirinha deveria ter se tornado bairro da cidade de Janaúba ao invés de ter se emancipado. Compreender a criação das fronteiras e territórios no processo histórico destes lugares permitirá adentrar melhor dentro dessa discussão. Para tanto a metodologia se concentrou na abordagem de revisão de literatura acerca dos conceitos propostos e do uso da história oral como fonte subsidiária e complementar. Os resultados demonstraram que a separação de Nova Porteirinha do município de Porteirinha foi resultado de um processo na qual a população criou uma nova identidade e um novo território diante das situações difíceis que sofreram em consequência das desapropriações para construção de uma barragem. Portanto, asseveramos que a observação das flexibilidades em relação às fronteiras e aos territórios permitem valiosas contribuições, em especial aos estudos históricos, pois possibilitam analisar a formação da identidade e cultura de uma população a partir do lugar em que vivem.

Palavras-chave: História. Fronteiras. Nova Porteirinha.

ABSTRACT: This research aims to demonstrate how the study of borders and territories can contribute to the history of the municipality of Nova Porteirinha, located in the northern region of Minas Gerais. The city in question, although young and with few inhabitants, is in a situation conurbada with the neighbor Janaúba. The discussions stem from the fact that the political emancipation of Nova Porteirinha is not accepted by many inhabitants of the city of Janaúba. The disgruntled ones affirm that Nova Porteirinha should have become district of the city of Janaúba instead of having emancipated. Understanding the creation of borders and territories in the historical process of these places will allow us to delve deeper into this discussion. For this, the methodology focused on the literature review approach about the proposed concepts and the use of oral history as a subsidiary and complementary source. The results showed that the separation of Nova Porteirinha from the municipality of Porteirinha resulted from a process in which the population created a new identity and a new territory in the face of the difficult situations that they suffered as a consequence of the expropriations for the construction of a dam. Therefore, we assert that the observation of flexibilities in relation to borders and territories allows valuable contributions, especially to historical studies, since they make it

¹ Doutora em História, docente do curso de graduação e do Programa de Pós Graduação em História PPGH da UNIMONTES.

² Graduada em História, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História PPGH – UNIMONTES, Bolsista Capes.

³ Conurbação se refere a uma área urbana formada por cidades e vilarejos que foram surgindo e se desenvolvendo um do lado do outro, formando um conjunto.

possible to analyze the formation of the identity and culture of a population from where they live.

Keywords: History. Borders. Nova Porteirinha.

Introdução

O presente artigo tem o objetivo de demonstrar como as noções de fronteiras e territórios corroboraram na história do município de Nova Porteirinha. A cidade está localizada no Norte de Minas Gerais, distante 565 quilômetros da capital Belo Horizonte. A base da economia do município, desde sua fundação, é a agricultura. Conforme a página virtual do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) é grande a produção de banana, uva, manga e outras frutas típicas da região, além da significativa quantidade de grãos e também do plantio comercial de árvores, principalmente mogno. Segundo o IBGE, Nova Porteirinha possui estimativa de 7.642 habitantes para o ano de 2016, sendo a maioria da população masculina. Sua área está calculada em 120.943 km² e está inserida no bioma do Cerrado Caatinga.

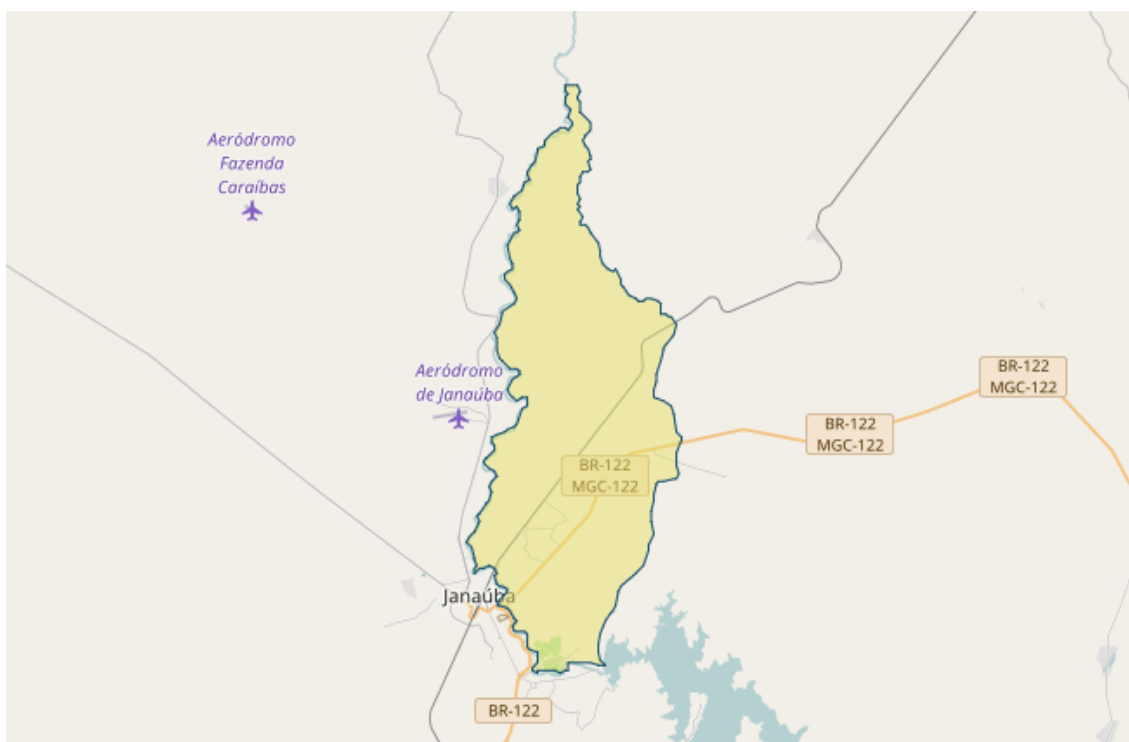


Imagem 1: Mapa da localização de Nova Porteirinha. Fonte: IBGE.

Entre outros fatores instigantes, tais como grande presença feminina em diversas esferas de poder, Nova Porteirinha apresenta peculiaridades que merecem atenção por parte dos pesquisadores. Uma delas é o tema escolhido para este artigo que se refere a fronteiras e territórios associados à pesquisa histórica. O município em questão está conurbado com a cidade de Janaúba, maior e mais desenvolvida, sendo o Rio Gortuba o único divisor entre elas. Entretanto, antes de se emancipar, Nova Porteirinha não pertencia à Janaúba, como se imaginaria, mas sim à Porteirinha que fica distante 35 quilômetros.

Diante do exposto, cria-se na população daquela região um grande impasse: Nova Porteirinha possui raízes em sua cidade-mãe Porteirinha ou está mais ligada à vizinha Janaúba? A última opção, inclusive, fez muitas pessoas defenderem a posição que Nova Porteirinha não deveria ter sido emancipada, mas sim se tornado um bairro de Janaúba. Esta ideia é defendida em face tanto da proximidade dos centros urbanos, como pela dependência de Nova Porteirinha no que tange à infraestrutura oferecida pela cidade ao lado. Entretanto, consideramos que esta questão vai além do senso comum e da opinião geral da população, merecendo análise minuciosa acerca da formação dessa população, suas práticas culturais e identitárias e o motivo pela qual se identificaram como um novo território.

A diferença entre “nós” e os “outros” se refere justamente à criação desse vínculo entre pessoas que começam a formar uma comunidade e, posteriormente, pôde ou não se transformar em um município, visto que são vários os motivos que podem uni-las e diferenciar suas vivências, fazendo com que a fronteira não seja apenas física, mas também cultural. Para tanto, se faz imprescindível compreender como a noção de território poderá agir nesse processo:

Aqui, o território será um *campo de forças*, uma teia ou *rede de relações sociais* que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um *limite*, uma *alteridade*: a diferença entre “nós” (o grupo, os membros da coletividade ou “comunidade”, os *insiders*) e os “outros” (os de fora, os estranhos, os *outsiders*) (SOUZA, 2005, p. 86).

Foram muitos motivos que transformaram a população de Nova Porteirinha em um “nós” muito diferente dos “outros” de Janaúba e Porteirinha. Podemos citar principalmente o processo de desapropriação de terras para a construção da Barragem Bico da Pedra, que fez com que muitas famílias se deslocassem para o loteamento que estava começando a se desenvolver onde hoje é o centro da cidade. Mesmo depois de estarem realocados, os moradores passaram por lutas para permanecer no lugar e o sentimento de partilha e companheirismo sempre esteve presente. Portanto, podemos observar que a fronteira entre estes três municípios não é apenas física e política, mas uma fronteira cultural, que separa vivências de cada uma dessas comunidades.

Para compreender todo esse processo histórico, foi fundamental adotar a metodologia da história oral, além da análise qualitativa das fontes de arquivos e de acervos pessoais. Nessa perspectiva, cabe mensurar a importância da História Oral, como fonte subsidiária e complementar para a pesquisa histórica. Ainda sobre a relevância da História Oral, ela é considerada como fonte identitária de um povo, capaz de retratar as vivências e os modos de vida de uma comunidade em cada tempo e nas suas mais variadas sociabilidades. Assim sendo, a História Oral nos permite conhecer melhor nossas fontes e documentar o que ainda não está escrito.

Neste sentido, corroboram Ferreira e Amado (2005): “(...) a consciência aguda das implicações políticas e sociais que o passado transmite, lhes dão possibilidades – se não facilidades – documentais que não raro causam inveja aos analistas de períodos anteriores.” Podemos então perceber que os pesquisadores que se utilizam da História Oral são privilegiados, pois se valem de documentos e de preciosas informações até então desconhecidas.

Todavia, devemos pontuar que os testemunhos sobre determinados fatos ou assuntos não surgiram junto com a História Oral, eles são bem anteriores, mas com ela surge a técnica de recolhimento desses depoimentos e o meio de documentá-los e disponibilizá-los para pesquisas:

Entretanto, já não bastava que essa testemunha fosse digna de fé. Era preciso que sua mensagem fosse acessível a todos e que a comunidade científica pudesse utilizá-la como prova. A invenção do gravador permitiu atender a essas exigências. Daí o recurso à palavra gravada,

tornando-se o documento sonoro uma das fontes da história (FERREIRA; AMADO, 2005, p. 35).

Outro benefício importante que este campo de pesquisa nos propicia, além da documentação de fontes sonoras, é poder contar a história daqueles que não têm história oficializada. Segundo José Carlos Sebe Bom Meihy (2005), por ainda não terem reconhecimento, registros ou análises de suas histórias, a história oral procura saldar esta dívida.

Assim, o autor considera que podemos ver esse campo como democrático, pois engloba todas as camadas sociais, mesmo que algum grupo queira se impor, pois a história oral também está a serviço daqueles que não têm história oficializada e documentada, aqueles que durante muito tempo foram silenciados.

Mensurar os desafios impostos ao pesquisador por esse campo de pesquisa permite visualizar o trabalho existente dentro da área e de que maneira ele pode ser conduzido, mas o principal deles e que vai sempre acompanhar essa trajetória é a lembrança de que se trata de uma história do tempo presente, mesmo que se fale do passado. É o tempo real da apreensão de uma fala, uma lembrança, um evento. O espaço da história oral é “aqui” e o seu tempo é “agora”, que nos trará o documento como produto (MEIHY; HOLANDA, 2015).

“Bem vinda, barragem! Bem vinda, desapropriação!”

Ainda nos anos 1970 o Sr. Bertolino José Serafim se reuniu com seus filhos na sede de sua fazenda, denominada Gameleira, para lotear parte de suas terras. Esta ação é o princípio de formação do centro urbano na qual Nova Porteirinha iria se tornar. Elencamos para entrevista o nome de Dona Ana dos Santos Lima, 90 anos. Filha do Sr. Bertolino José Serafim, é viúva e ainda residente no município de Nova Porteirinha, no mesmo local onde construiu sua casa juntamente com sua irmã Venância dos Santos Lima, seu cunhado Geraldo Dias dos Santos e seu esposo Domingos Pereira dos Santos, falecido no ano de 2001. Juntos coordenaram os primeiros trabalhos de venda dos lotes do local denominado Jenipapeiro, parte da Fazenda Gameleira e que mais tarde viria a se tornar o centro de Nova Porteirinha. A entrevista, devidamente autorizada,

concedida para este trabalho foi feita junto com seu filho Henrique Pereira dos Santos que, apesar de ser jovem à época dos fatos, traz uma memória surpreendente sobre a história de sua família e o empenho na criação da cidade.

Além dos registros produzidos mediante entrevista, também angariamos documentos significativos do acervo pessoal da família que em muito contribuem para o nosso percurso de pesquisa e que poderemos apresentar ao longo dessa explanação. A fonte oral comprova seu papel de enriquecedora e subsidiária das fontes materiais, proporcionando ao depoente relembrar fatos e detalhes que muitas vezes não se tornaram registros oficiais, mas merecem nossa atenção.

Em documento produzido para o primeiro Plano Municipal de Saúde, o próprio Henrique descreve o papel de sua tia Venância dos Santos Lima no histórico produzido sobre a cidade:

Venância dos Santos Lima, uma das primeiras moradoras e comerciante de Nova Porteirinha, foi quem loteou a maior parte das terras, construiu casas, doou lotes, deu nomes para algumas vias e lutou para a transferência da Escola Municipal Afonso Pena da sede da fazenda para Nova Porteirinha. Era professora (SANTOS, 1997, p. 6)

A nomeação das ruas por Dona Venância foi lembrada com saudosismo por Henrique e Dona Ana, destacando a avenida principal, a qual ela deu o nome de Primavera e que depois veio a se chamar Castelo Branco, fato lamentado pelos dois. Além desta ela também nomeou a Rua São Félix e a Rua Santo André, respectivamente os nomes de seu bisavô e de seu avô paternos. Ficou evidente a importância de sua atuação para que todo esse processo se realizasse com êxito e propiciasse a concretização dos projetos de sua família, desde a primeira reunião em dezembro de 1968, quando começaram a tratar do assunto.

Outra mulher, Dona Eva Rodrigues, teve destaque memorável na vida dos moradores do recém formado loteamento. Conforme nossos entrevistados, muitas pessoas fixaram residência ali, advindas da desapropriação de terras para a construção da Barragem Bico da Pedra, um processo sofrido para a população. Ocorre que

houve o interesse do DNOCS⁴ em desapropriar todo o loteamento. Esse momento ficou marcado tanto pela angústia, como pelo espírito de luta das pessoas que se faziam presentes no lugar que estava começando (...) Entre as diversas providências tomadas, como até barrar máquinas possantes da empreiteira contratada pelo DNOCS, foi bastante determinante o telegrama enviado ao Presidente da República General Ernesto Geisel, solicitando-lhe a permanência e os limites do povoado (SANTOS, 1997, p. 6).

Vivian Hermano (2006) atesta, em seu trabalho sobre o desenvolvimento das cidades de Janaúba e Nova Porteirinha através da construção da Barragem Bico da Pedra e a implantação do Projeto de Irrigação do Gorutuba, a notável expansão deste município após o início do referido processo estudado pela autora. Este fator nos propicia examinar, no caso de Nova Porteirinha, seu crescimento populacional a partir dos anos 1970 e posteriormente seus processos de elevação a distrito e emancipação, ocorridos respectivamente nos anos de 1982 e 1995.

É notável na pesquisa realizada pela autora a relação substancial entre rural e urbano, pois a implantação do projeto de irrigação impulsionou o crescimento e desenvolvimento do campo, mas também arrojou uma modernização das cidades, que precisavam estar preparadas para comercializar a produção agrícola. Neste caso, acontece o movimento contrário na qual costumamos imaginar tradicionalmente de que o crescimento urbano está intimamente ligado à industrialização (HERMANO, 2006).

Em 1979, com a construção da Barragem do Bico da Pedra, as duas cidades começam a apresentar uma expansão urbana e rural muito intensa. O aspecto unificador da evolução campo/cidade é o fato de que as culturas irrigadas são produzidas em larga escala, visando mercados consumidores externos, o que necessita de uma estrutura logística básica, polarizada pela cidade. Assim, em Janaúba e Nova Porteirinha a evolução urbana é fruto do desenvolvimento da mecanização/modernização do campo levando, inclusive ao êxodo rural e ao crescimento urbano (HERMANO, 2006, p. 40).

Pode parecer procrastinação tratar aqui sobre o projeto de irrigação implantado na região, mas merece nossa atenção os desdobramentos que advêm deste fato marcante na vida da população. Especialmente no caso de Nova

⁴ Departamento Nacional de Obras Contra a Seca, um dos mais antigos departamentos de autarquia federal criado para assistir e implementar medidas de combate à seca no nosso país.

Porteirinha, que abriga 90% das instalações de áreas irrigadas, há uma maior dinamização econômica que proporciona o crescimento do então povoado, elevando-o à categoria de distrito (HERMANO, 2006).

Pertencente à cidade de Porteirinha, que situa-se a 35 Km de Janaúba, esse novo distrito começa a se desenvolver mais do que a própria sede que, nesse mesmo período, passa por uma estagnação do crescimento econômico, já que sua base produtiva era fundamentada na cultura do algodão que estava em baixa no mercado. Esses fatos levaram o município de Nova Porteirinha à emancipação política em 1995, o que significou, num primeiro momento, o enfraquecimento político-econômico da cidade de Porteirinha, que estava ligada à economia algodoeira já decadente. E, num segundo momento, refletiu o oportunismo e o fortalecimento econômico de um grupo político local, dissidente da sede Porteirinha e, principalmente, da conurbada cidade de Janaúba, que possuía um certo suporte urbano (HERMANO, 2006, p. 37).

Todo esse processo culmina nos dois principais motivos que levaram o grupo pró-emancipação a se movimentar em torno desta causa: o primeiro e mais óbvio é a distância geográfica da sede, o que dificultava não apenas a articulação política como cita Vivian Hermano (2006), mas também a resolução de questões burocráticas rotineiras da vida da população. O segundo propósito se refere a uma tentativa de se diferenciar de Janaúba pelo fato de a população janaubense considerar Nova Porteirinha um bairro de sua cidade, fato observado ainda nos dias atuais entre os munícipes, sendo inclusive motivo de grandes preconceitos e discórdias entre a população.

Fica notório nas palavras da autora que a população nova-porteirinhense externava interesses políticos mais independentes, tanto econômicos como administrativos e, mesmo havendo um líder político no movimento emancipacionista, este contava com apoio da maioria da população, fato atestado pela votação no plebiscito. Geograficamente falando, este fator é caracterizado como o surgimento de uma nova territorialidade, mais uma segmentação dos diversos significados de território, que “(...) refere-se à apropriação do espaço pelo poder, ou seja, essa emancipação representa, em última instância, o redirecionamento da soberania e da legitimidade de um determinado lugar” (HERMANO, 2006, p. 38).

A desapropriação de terras para a construção da Barragem Bico da Pedra e do Projeto de Irrigação do Gorutuba imprimiu grande medo do desconhecido naquela população, pois os órgãos responsáveis não explicavam aos moradores o porquê de estarem sendo retirados de suas terras. Além disso, os valores pagos pelos terrenos desapropriados eram muito baixos e foram depositados na conta de um advogado procurador, que não repassou a verba imediatamente aos moradores. Diante do fato, Dona Ana, explicou que sua família, vendendo os lotes, chegou ao momento da procura daqueles que estavam sem suas casas, mas não tinham dinheiro suficiente para comprar um lote completo. A partir de então Seu Domingos e Seu Bertolino começaram a vender meio lote para que dentro dele fossem construídas duas casas:

As casa hoje tudo é pequena porque não tinha dinheiro, desapropriou barato né, desapropriou barato, custou pagar o povo, foi uma dor de cabeça pro povo, um sofrimento, teve muito sofrimento (LIMA, 2017).

Nós naquele tempo chamava o tempo da carestia, o quê que é tempo da carestia hoje? Inflação. Era o nome da inflação hoje. Pessoas que chegavam aqui e falava: “Ô seu Domingos, me vende um meio lote” ai papai “Não, vende só o lote” “Mas não tem dinheiro não seu Domingos” e ai vendia meio lote. Papai falava: “Não pode construir a casa fora do alinhamento e nem de adobo⁵”. E o pessoal, como mamãe falou, não tinha dinheiro, o pessoal também vem de um sistema que não é capitalista, vem de um sistema fraterno, do qual vendia meio lote pra construir duas casas (SANTOS, 2017).

A explicação para uma característica de Nova Porteirinha, que atualmente ainda preserva casas pequenas e coladas uma na outra decorre justamente da união nesse momento de dificuldade, do sistema fraterno, que proporcionou relações muito horizontais entre os munícipes. Talvez esses vínculos criados sejam uma chave para a compreensão da questão da fronteira existente entre as populações das cidades de Janaúba e Nova Porteirinha. As pessoas que ali se fixaram viveram uma história diferente daquelas que estavam em Janaúba e Porteirinha.

Até mesmo a família de Dona Ana, sendo proprietária dos lotes que eram vendidos, passou por muitas dificuldades decorrentes da estiagem e da desapropriação:

⁵ Construção de barro e palha que antecedeu os tijolos de barro que conhecemos hoje, geralmente era utilizado naquela época pelo baixo custo comparado com os materiais de alvenaria.

Ô menina, falar com você, nós tinha muita terra, quando a gente veio pra cá a gente passou fome. Por causa que não tinha terra pra plantar, que não tinha irrigação, era só chuva que Deus mandava, não tinha terra pra plantar, com a desapropriação nós custou receber, ai ficou nós aí, trabalhando praqui e pracolá, mas no começo a gente sofreu né. Esse rio aqui secava, nós trazia enxada, abria cacimba pra pegar água né pra gente beber e banhar. Nós lá em casa nós tinha gado, cavalo, é arado, máquina, ai cabou tudinho, veio pra cá fazer o quê? Pra sofrer, mas o quê, nós tinha lugar pra fazer casa, como nós fez né, casa nós nunca morou de aluguel, mas no começo aqui foi um sofrimento (LIMA, 2017).

Olha o que mamãe tá falando, mamãe tá falando uma coisa importante. Porque que veio implantar esse projeto público de irrigação, porque fizeram a pesquisa que é... se colhia muito pouquinho, que não dava nem pra subsistência. Aqui passava um tempo de umas estiagens muito grandes, então o que acontece, passava esses períodos de estiagens grandes, seca... Isso aqui virava um pau seco. Então o governo falou: “Nós podemos fazer um projeto de irrigação aqui, em Petrolina, Seraíma, na Bahia.” Então nós aqui somos uma área de projeto de irrigação público (SANTOS, 2017).

É justamente nesse momento de tensão e reivindicação por parte dos moradores que compraram os lotes que se destaca a figura de Eva Rodrigues. Nossos entrevistados relatam que muitas pessoas foram para a frente da casa de Dona Ana e Seu Domingos para reclamar o fato de terem comprado terras que seriam desapropriadas. Foi nesse clima, que do meio do grupo Dona Eva se levanta, lembrada por sempre andar bem vestida e elegante, e propõe a ideia de escrever o citado telegrama para o Presidente da República. Como disse Henrique Santos: “Dona Eva apareceu pouco, mas apareceu bonito!”. O telegrama, da qual a família ainda guarda uma cópia e dispusemos abaixo, foi prontamente atendido pelo então Presidente Geisel e ficou determinado que a área do loteamento, hoje o centro de Nova Porteirinha, não poderia ser afetada pela desapropriação da barragem.

Falar sobre esse episódio também fez com que Dona Ana e Henrique rememorassem com orgulho uma nostálgica fala de Seu Domingos no convívio da família: “Bem vinda, barragem! Bem vinda, desapropriação!”.

Naquele momento de sofrimento e angústia pela falta de compreensão da população sobre o real motivo da desapropriação e construção da barragem, parecia loucura proferir uma frase dessas. O que ocorre é que Seu Domingos,

em visita à familiares no estado de São Paulo se informou melhor sobre o processo e enxergou ali seus benefícios, como o projeto de irrigação, a garantia do abastecimento de água da população e principalmente a perenização do Rio Gorutuba, para alívio dos que acreditavam que ele secaria de vez.

Muitos anos depois, com o término da construção da Barragem Bico da Pedra e a entrega das terras aos colonos, é que a maioria da população tomou real conhecimento de seus benefícios e como os rumos da economia agricultora de Nova Porteirinha mudariam a partir daí. A vida de inúmeras pessoas se transformou e a barragem passou a ser motivo de alegria e agradecimento.

Conforme Vivian Hermano (2006), dentro do Projeto de Irrigação do Gorutuba existem proprietários de terras colonos e empresários, que com suas produções fornecem grãos, leguminosas e cereais para o centro comercial, entretanto a maioria considerável do cultivo está voltada para a fruticultura, especialmente a banana. A escolha da fruta não é em vão, verifiquemos os motivos destacados pela autora:

- a) é um projeto desenvolvimentista visando atender às necessidades dos grandes mercados, que exigem produção em grande escala com alta padronização. Isso levou o governo a somente abrir linhas de créditos para essa cultura, ou seja, o Estado só financiava a banana;
- b) por ser a fruta mais consumida no mundo, a banana mobiliza grandes regiões produtivas, sendo uma das mais cultivadas no Brasil principalmente na região paulista. Foi devido a uma queda drástica da produção nesta área, em função de uma grande enchente, que a fruta atingiu um ótimo preço no mercado impulsionando a produção aqui na região;
- c) a necessidade de especialização produtiva, que desenvolve toda uma rede técnica relacionada ao produto, com o surgimento de órgãos e empresas especializadas no cultivo de mercado de um determinado produto (HERMANO, 2006, p. 83).

A produção de banana além de todos os fatores destacados por Vivian Hermano (2006) coopera ainda para o desenvolvimento do artesanato local, com grande participação das mulheres na produção de peças a partir das folhas da bananeira e de outras produções. Importa mencionar o fato de grande parte dos trabalhadores rurais serem do sexo feminino, uma substancial contribuição tanto para a economia doméstica quanto para a economia da cidade.

Inúmeros fatos, situações, pessoas e interesses de toda ordem fazem das duas cidades, quase como se fossem uma só. Povo e necessidades, facilidades e comodismos, traçaram uma rede de dependência. Um viajante que passar pela rodovia MG-401, que corta ambas as cidades, muito provavelmente pensará que é um único município, paisagem conurbada que, no âmbito econômico, está altamente imbricada (HERMANO, 2006, p. 86-87).

Impossível negar os benefícios que a construção da barragem traria a esta população que muito sofria com a estiagem e suas consequências devastadoras, como a falta de água para consumo e a perda das lavouras. O que vemos acontecer, como em muitos momentos da história de nosso país, é a omissão do conhecimento por parte das classes dominantes, prejudicando substancialmente o acesso à informação das pessoas humildes, que acabaram expulsas de suas terras sem nenhum motivo aparente e corajosamente fundaram uma nova cidade.

O Sr. Domingos Pereira foi uma exceção, por sua grande sabedoria e pela possibilidade de compreender o futuro que o projeto de irrigação prometia à população novaporteirinhense e janaubense. “Bem vinda, barragem! Bem vinda, desapropriação!” soa como um mantra significando que tempos prósperos estavam por vir. E vieram.

A comunidade unida pelas consequências da desapropriação, pela falta de dinheiro, pela estiagem e pelo desejo de enfrentar as mudanças advindas desse novo tempo, vai tomando forma e criando escolas, creche, posto de saúde, casas de comércio e aos poucos ganha parte de sua independência. Entretanto, uma questão se impõe, não havia ainda um nome para o lugar:

A convite do Sr. Bertolino José Serafim, na época, estive no lugar o prefeito de Porteirinha, o Sr. Antônio Eustáquio Tolentino juntamente com sua comitiva, dando votos de estima e de progresso à nova comunidade, e vendo seu adiantamento não se conteve e exclamou: “É uma nova Porteirinha!”. Sob calorosos aplausos o nome ficou e permanece (SANTOS, 1997, p. 6).

Ai o pessoal colocaram o nome de Nova Porteirinha então, que até então não tinha um nome né, uma nova Porteirinha, ai papai falou: “Então Nova Porteirinha, gente” ai foi ele que deu o nome, ficou esse nome. Então daí colocou agrimensores e foi traçando essas ruas, e foi crescendo, foi vindo essas pessoas originadas da desapropriação, gente da região de Monte Azul (SANTOS, 2017).

Resolvido o impasse: “Nova Porteirinha estava marcada para se desenvolver. De roças de lavouras e campos de pastagens, o lugar logo se transformou em um organizado aglomerado de casas (SANTOS, 1997, p. 6)”.

Em seguida, muitos foram os esforços empreendidos em prol da emancipação do distrito de Nova Porteirinha, inclusive com significativa participação feminina. O que mais se via nesses esforços era o fato de Nova Porteirinha estar distante 35Km de sua sede administrativa, o que dificultava a solução de problemas burocráticos, além de não poder administrar independentemente as riquezas advindas do Projeto de Irrigação do Gorutuba. O que podemos depreender através das pesquisas de campo até então realizadas é que a nova formação de um território e de uma comunidade em comum dentro da Fazenda Gameleira e que depois recebeu o nome de Nova Porteirinha, acabou impulsionando o desejo da população e de algumas lideranças políticas em galgar passos mais independentes para o distrito,

isso nos leva a crer que, geralmente, a emancipação pressupõe uma luta pela consolidação formal de um território que já existia para sua população, uma vez que esta se identificava com ele e não mais com o seu antigo município. Nesse sentido, poderíamos afirmar que, na verdade, estavam buscando ressaltar que o município de origem já não representava mais as diferentes territorialidades presentes dentro do seu território jurídico-político (CARVALHO, 2013, p. 94).

É possível atestar a existência dessa situação em Nova Porteirinha, pois a população que ali se encontrava havia vivido um momento histórico completamente diferente da população de Porteirinha, a cidade sede. A desapropriação, a luta da população para não perder novamente suas casas, o medo do desconhecido que viria junto com a barragem, a inserção dentro do projeto de irrigação, todos esses fatores contribuíram para que aquelas pessoas se identificassem como um território particular, com suas características particulares.

“Como qualquer outro limite social, a fronteira separa e delimita nossa realidade de outras realidades” (ALMEIDA, 2010, p. 104). Portanto, por menor que seja a distância física entre duas localidades, como é o caso que abordamos, é possível a existência de realidades opostas com referências e costumes

específicos para cada população tendo em vista o seu processo de formação e consolidação dentro do ambiente na qual está inserida.

Maria Geralda de Almeida (2010) destaca que a fronteira pode ser ao mesmo tempo o lugar do encontro e do desencontro, pois ela está mais nos homens que nas delimitações político-espaciais. Do mesmo modo que os habitantes de Nova Porteirinha se encontram com Janaúba para gerir a riqueza decorrente do Projeto de Irrigação do Gorutuba, também se desencontram no que tange à suas raízes históricas e as lutas que passaram para chegar até o presente. Nesse aspecto, é necessário pontuar que a população janaubense pouco sofreu com a desapropriação, em virtude das terras estarem mais concentradas na margem de Nova Porteirinha.

Estabelecida a fronteira política ou social, o território passa a ter importante papel nos processos que se desenvolverão a partir de então, ele permite a apropriação de significados e relações simbólicas, fazendo com que a cultura esteja inserida nele, proporcionando ao homem deixar marcas no seu espaço e trabalho.

O estudo apresentado nessa publicação, bem como seus resultados preliminares, não esgota as possibilidades de pesquisa acerca deste tema. Pelo contrário, reforça a ideia de que é preciso explorar substancialmente o impacto das fronteiras em suas mais variadas nuances e da construção da identidade das diversas populações.

Podemos depreender dentro do que realizamos que Nova Porteirinha e Janaúba, cidades conurbadas, permitem exemplificar como a fronteira une e separa ao mesmo tempo, mas esse processo não acontece apenas pela linha geográfica que as separa. Há um caminho traçado que permite analisar a história desses dois lugares e compreender porque eles não podem se tornar apenas um, suas diferenças traçam um território e uma cultura próprios de cada lugar.

Fontes

LIMA, Ana dos Santos. Protagonismo feminino em Nova Porteirinha/MG: entrevista. Concedida a Rhaenny Máisa Freitas, Abril/2017.

SANTOS, Henrique Pereira dos. **Plano Municipal de Saúde de Nova Porteirinha**. 1997.

SANTOS, Henrique Pereira dos. Protagonismo feminino em Nova Porteirinha/MG: entrevista. Concedida a Rhaenny Máisa Freitas, Abril/2017.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Maria Geralda de. Fronteiras, territórios e territorialidades. **Revista da Anpege**, 2005, n. 2, p. 103-114.

CARVALHO, Anna Isabel de. **Poder em disputa**: o processo de emancipação dos municípios norte-mineiros na década de 1990. 2013. 144f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros. 2013.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Coord.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

HERMANO, Vivian Mendes. **Desenvolvimento urbano-rural da rede de Janaúba e Nova Porteirinha**. 2006. 107f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros. 2006.

IBGE CIDADES. **Nova Porteirinha**. Disponível em: <
<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=314505&idtema=16&search=minas-gerais|nova-porteirinha sintese-das-informacoes>>. Acesso em 20 Jan. 2017.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História Oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2015.

SOUZA, Marcelo José Lopes. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias; CORREA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, p. 77-116.